



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
Gabinete da Presidência

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 126/2025

Suspende os trabalhos presenciais no Fórum de Santa Rita para execução de serviços de cabeamento estruturado nos dias 11 e 12 de setembro de 2025.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, e

CONSIDERANDO a execução do Contrato nº 0013/2025, que prevê a instalação de cabeamento estruturado nos fóruns do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, como etapa preparatória para a implementação de rede Wi-Fi;

CONSIDERANDO a necessidade de liberação integral do prédio do Fórum Juiz João Navarro Filho, localizado na Comarca de Santa Rita, nos dias 11, 12, 13 e 14 de setembro de 2025, para realização dos serviços técnicos de cabeamento, conforme solicitação da direção do Fórum;

CONSIDERANDO que a execução do serviço requer a utilização de equipamentos com geração de ruído e implicará na suspensão temporária do acesso à rede e à Internet no local, sendo imprescindível a paralisação total das atividades presenciais para garantir segurança, celeridade e eficiência;

CONSIDERANDO que os processos judiciais e administrativos tramitam em sistemas informatizados;

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 016343-45.2025.8.15;

RESOLVE:

Art. 1º Suspende o expediente presencial no Fórum Juiz João Navarro Filho, localizado na Comarca de Santa Rita, no período de 11 a 14 de setembro de 2025, sem prejuízo da prestação jurisdicional, que deverá ocorrer de forma remota, para realização dos serviços técnicos de cabeamento no edifício sede da comarca.

Art. 2º Determinar que as audiências presenciais eventualmente designadas para o período mencionado sejam redesignadas ou convertidas em virtuais, a critério do juízo competente.

Art. 3º Designar servidor responsável para permitir o acesso ao prédio e a abertura das salas necessárias à execução dos serviços, devendo a Diretoria do Fórum adotar as providências correspondentes.

Art. 4º Determinar à Diretoria de Tecnologia da Informação que acompanhe tecnicamente os serviços a serem realizados e forneça o suporte necessário.

Art. 5º Determinar a comunicação do presente Ato às instituições parceiras, especialmente à Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Paraíba, à Defensoria Pública Estadual, à Procuradoria-Geral de Justiça e à Procuradoria-Geral do Estado.

Art. 6º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 11 de setembro de 2025.

Gabinete da Presidência, datado e assinado eletronicamente.

Desembargador FREDERICO MARTINHO DA NÓBREGA COUTINHO
Presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba

Este texto não substitui o publicado no DJe em 12.09.2025.